

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

## Liberalismo à brasileira

De todas as propostas quanto ao que deve ser suprimido do texto constitucional, a que o PFL apresentou, ainda em caráter preliminar, é a mais ambiciosa, mais extremada e mais pitoresca. Não se contenta em destacar os diversos pontos que, pela xenofobia e falta de propósito, merecem de fato ser eliminados do projeto. Leva a doutrina liberal a uma “outrance”, a um delírio ideológico só comparáveis aos do mais fervoroso xiita do PT. Assim, não se contenta em criticar a licença-paternidade, a licença gestante de quatro meses, o turno máximo de seis horas e o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. Reportagem publicada esta semana na **Folha** evidencia, por exemplo, seu ímpeto em reivindicar a abolição do estabelecido na nova Carta a respeito do salário mínimo nacionalmente unificado; o fim da proibição de diferença de salários para o exercício das mesmas funções por motivo de sexo, idade, cor e estado civil; a idéia de que cabe aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses a serem defendidos por uma greve. Isto, para falar dos direitos sociais. Quanto às garantias individuais, pretende manter a prática, absolutamente supérflua, da identificação criminal dos envolvidos em inquéritos policiais e é contra que o preso tenha direito à identificação dos responsáveis pelo interrogatório policial.

Pode-se ver, neste furor supressório, o intuito de elevar o cacife do partido na negociação política. Já foi intitulado, jocosamente, de “emenda-bode” aquela que um partido inclui na pauta de suas reivindicações apenas para que, em troca de sua retirada, grupos rivais façam substanciosas concessões. Seja como for, a profusão das emendas pefelistas desmascara-se por si mesma. Com o inconveniente de depor, sem dúvida, contra a imagem de seriedade e realismo político que alguns de seus membros mais sofisticados, em meio ao vendaval da fisiologia e do histerismo de certos representantes do partido, procuram consolidar.

É inegável a necessidade de ajustar o texto da futura Constituição às exigências de modernização e desenvolvimento do país. O predomínio de

uma visão esquerdista ultrapassada, insistente na defesa de uma “soberania” nacional absolutamente retórica, tem levado a disparates como o de coibir as empresas de capital estrangeiro na exploração de recursos minerais. Dada a evidente carência de capital próprio no país, isto nada mais significa do que sacrificar, em benefício de um preconceito ideológico, toda possibilidade de um aproveitamento racional das riquezas do subsolo brasileiro. Não serão riquezas enquanto permanecerem jazendo na terra, desconhecidas, esperando que empresas nacionais, detentoras de um cartório concedido pela Constituição, venham a ter condições de explorá-las. O mesmo absurdo se revela na proibição a que multinacionais invistam em programas de assistência médica. O desconhecimento das regras mais elementares da economia atinge as raias do ridículo com a medieval limitação dos juros bancários. São pontos como estes que, ainda se remotas as suas possibilidades de sucesso, o PFL acerta ao criticar.

Admita-se, entretanto, que muitos dos direitos sociais aprovados no primeiro turno tenham uma contrapartida considerável quanto aos custos que exigirão da sociedade. O argumento não é só levado ao extremo pelo PFL, incidindo até sobre o salário mínimo; mas também conhece uma sintomática, curiosa e lamentável exceção: o partido não se mostra disposto a aplicá-lo no que se refere à anistia aos pequenos empresários. O custo da medida, certamente a ser distribuído por toda a sociedade; a iniquidade política; o paternalismo e o conteúdo discriminatório da proposta não suscitam, junto a parcelas significativas do PFL, a minuciosa atenção crítica dedicada a outros pontos do texto constitucional. É assim que alguns pretendem fazer o liberalismo à brasileira. Nada mais lamentável, com efeito, do que ver alguns auto-intitulados paladinos da livre iniciativa e da modernização econômica do país, tão enfáticos no combate às inúmeras demagogias consagradas em plenário, não apresentarem o mesmo vigor quando se trata de socializar o prejuízo e de distribuir, a toda a sociedade, os custos com a inadimplência alheia.